



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA n. 665/2013

O PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 54 e no § 2º do Art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte de Justiça Especializada, relativo ao período de Janeiro a Agosto/2013.

Manaus, 25 de setembro de 2013

Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES
Presidente

*À CES para
providências
27.9.13
JAV*

Jander Assis Valer
Secretário de T.I.
TRE/AM

	PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL / AM Secretaria de Administração e Orçamento
Em <u>27/09/13</u> Encaminhe-se à(ao) <u>STT para</u> <u>a divulgação no site</u> <u>deste Regional na intra</u> <u>net e no Portal Trans</u> <u>parência.</u>	
 José Renato Frazão Crespo Secretário de Adm. Orçamento e Finanças TRE/AM	



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2013

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		75.261	-
Pessoal Ativo		68.596	-
Pessoal Inativo e Pensionistas		6.665	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		12.782	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		6.352	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		6.430	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)		62.479	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)			62.479
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)		625.461.567	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,009989	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,016665	104.233	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,015832	99.022	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,014999	93.810	

FONTE: SIAFI, UNIDADE RESPONSÁVEL: SECONT/COF/TRE-AM. Emitido em 24/Set/2013 às 17 horas.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2º) Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

3º) As Despesas com auxílios natalidade e funeral, inclusive as classificadas como despesas de exercícios anteriores, foram descontadas da apuração da despesa total com pessoal, conforme Acórdão TCU – Plenário nº 894/2012 e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 02 de julho de 2012.



UNIÃO-PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Presidente do TRE/AM

Hugo César Lindolfo Gomes
Diretor-Geral,
em exercício

José Ocicleio de Melo
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças,
em exercício

Pedro César da Silva Batista
Coordenador de Controle Interno